



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 12/05/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Sérgio Turra (PP - RS) - O Deputado homenageou os 100 anos da Sociedade Brasileira de Urologia. Ademais, destacou que o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, médico urologista, tornou-se patrono da entidade em 2005. Além disso, ressaltou o avanço tecnológico da urologia, especialmente com o uso da cirurgia robótica, e apontou a relevância da Sociedade na formação de profissionais e nas campanhas de prevenção da saúde do homem, como o Novembro Azul.

Heitor Schuch (PSD - RS) - O Deputado manifestou apoio aos produtores de tabaco do Rio Grande do Sul e repercutiu o protesto realizado em Vale do Sol (RS) contra o preço pago pelo produto. Ademais, destacou denúncias de descumprimento da classificação do tabaco nas propriedades, rebaixamento de classes no momento da compra, desvalorização do produto, redução no volume adquirido pelas empresas e dificuldades na entrega. Além disso, ressaltou os elevados custos de produção, a escassez de mão de obra, as perdas climáticas e a insegurança econômica enfrentada pelos agricultores. Criticou ainda o Governo Federal por penalizar produtores e trabalhadores da indústria do tabaco para compensar a isenção fiscal do querosene de aviação. Ao final, cobrou da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) medidas urgentes contra a circulação ilegal de *vapes* entre jovens e adolescentes.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado prestou contas dos recursos destinados a São João de Meriti (RJ) por meio de emendas parlamentares. Destacou a obtenção de R\$ 7,944 milhões em emenda extra no primeiro ano do mandato, R\$ 29,886 milhões em 2024 e R\$ 20 milhões para a saúde municipal em 2025, depositados fundo a fundo. Ademais, ressaltou o pagamento de R\$ 1,998 milhão para a reforma do campo do Trio de Ouro e apontou recursos para equipamentos públicos em Jardim Noya, Sobec e Vila São João. Ao final, afirmou ter destinado R\$ 59,831 milhões à cidade e enumerou ações em segurança, mobilidade e infraestrutura.

Alexandre Lindenmeyer (PT - RS) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, da Vereadora Marisa, do Município de Pelotas (RS), grande defensora da causa dos animais, acompanhada por Maria Eduarda e Renan.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado elogiou o ex-Presidente da República José Sarney e destacou sua atuação como Governador do Maranhão entre 1966 e 1970. Ressaltou a integração das ilhas de São Luís (MA) por meio da Barragem do Bacanga e de pontes, além da criação e desenvolvimento do Porto do Itaqui.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

Ademais, apontou a implantação da primeira TV educativa voltada ao ensino a distância no Estado, por meio do Centro de Ensino do Maranhão (CEMA), com transmissão de aulas gravadas e distribuição de material didático para os Municípios maranhenses. Ao final, afirmou que a iniciativa ampliou o acesso dos jovens maranhenses à educação de 5% para mais de 60%.

Padre João (PT - MG) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Deputado Estadual Leleco Pimentel, do Partido dos Trabalhadores (PT) de Minas Gerais. Ademais, destacou a integração entre os mandatos federal e estadual no projeto “Juntos para Servir”, com atuação conjunta em debates, audiências públicas, definição de equipes e planejamento político. Ao final, ressaltou a realização anual de assembleia geral do projeto com mais de 500 lideranças para definir o plano de ação do ano seguinte e defendeu a continuidade dos avanços do Governo Lula.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado celebrou a aprovação unânime do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 330, de 2022, de sua autoria, que suspende a importação de cacau da Costa do Marfim, em defesa da produção nacional da Bahia e do Pará. Ademais, destacou as articulações realizadas desde 2022, com audiências públicas, apoio de Parlamentares e pareceres favoráveis nas comissões da Câmara dos Deputados. Ao final, defendeu a continuidade da mobilização pela aprovação definitiva da proposta no Senado Federal.

Marcon (PT - RS) - O Deputado destacou o envolvimento do Senador Ciro Nogueira, Presidente do Progressistas (PP), e da família Bolsonaro no escândalo do Banco Master. Além disso, apontou que o Senador articulava proposição legislativa para elevar de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão o valor garantido aos clientes do banco pelo fundo garantidor. Ademais, criticou partidos da Direita por atuarem em favor de ricos e banqueiros, enquanto impedem a votação de propostas como o fim da escala 6 por 1. Ao final, cobrou rigor na investigação do Banco Master pela Polícia Federal e posicionamento do PP do Rio Grande do Sul diante das acusações contra o Senador.

Beto Preto (PSD - PR) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, de Vereadores do Município de Espigão Alto do Iguaçu (PR), destacando a Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Simone, a Vereadora Liamara e os Vereadores Nelson, Márcio, Rogerio e Wanderlei. Ademais, ressaltou a importância do Município na produção de energia, por meio da Usina Hidrelétrica Salto Osório, na agricultura e na diversificação industrial com a chegada do setor de confecção.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Deputado Estadual Leleco Pimentel e elogiou o Governo Lula pelo Programa Brasil Contra o Crime Organizado. Ademais,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

destacou a aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, conhecido como PL Antifacção, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas, e a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que dispõe sobre as competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Ressaltou ainda o investimento de R\$ 11 bilhões para enfrentar crimes como roubo de celular e atuação de organizações criminosas. Além disso, enalteceu a Operação Carbono Oculto e apontou que a ação causou prejuízo superior a R\$ 80 bilhões às organizações criminosas. Ao final, defendeu o fim da escala 6 por 1 e a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou o plano do Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) de combate às organizações criminosas e afirmou não acreditar na proposta enquanto a maioria dos presos aptos a votar apoiar o Presidente Lula.

Alexandre Lindenmeyer (PT - RS) - O Deputado enalteceu o Presidente Lula e o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César, pelo lançamento do Programa Nacional de Combate ao Crime Organizado. Destacou os quatro eixos da iniciativa: ataque ao financiamento e à lavagem de dinheiro, enfrentamento do mercado ilegal de armas, redução da violência letal e combate ao comando de crimes a partir dos presídios. Ademais, ressaltou a previsão de que 138 presídios adotem critérios semelhantes aos dos presídios federais. Ao final, defendeu a recuperação dos espaços ocupados pelo crime organizado e a articulação entre União, Estados e Municípios na segurança pública.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada convidou os Parlamentares a visitarem a exposição da Semana Brasileira de Enfermagem. Homenageou enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem pelo Dia Internacional da Enfermagem e destacou que a categoria reúne mais de 3 milhões de profissionais, representa 70% da força de trabalho em saúde e corresponde a 61,9% dos vínculos com o Sistema Único de Saúde (SUS). Ademais, ressaltou a importância da ética, das condições de trabalho e da saúde mental de quem cuida. Ao final, defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 19, de 2024, para determinar que o piso salarial dos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e das parteiras se refere a uma jornada máxima de trabalho de trinta e seis horas semanais.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado saudou a presença, no Plenário da Câmara dos Deputados, do Vice-Governador do Maranhão, Felipe Camarão, pré-candidato da Federação Brasil da Esperança e outras forças políticas, ao Governo do Estado. Destacou sua atuação como Procurador Federal, professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e ex-Secretário de Educação no Governo Flávio Dino. Ademais, ressaltou o apoio oficial do Presidente Lula a sua pré-candidatura e anunciou plenária com representantes do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB) para sustentar a candidatura.

Paulão (PT - AL) - O Deputado elogiou o Presidente Lula pelo lançamento do Programa Brasil Contra o Crime Organizado, com estratégia nacional e R\$ 11 bilhões para combater organizações criminosas. Ademais, contestou falas que associaram Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) ao crime organizado e afirmou que a família Bolsonaro constitui organização criminosa. Criticou ainda o ex-Deputado Eduardo Bolsonaro, indiciado pela Procuradoria-Geral da República, por atuar nos Estados Unidos contra a estabilidade política, jurídica e econômica do Brasil. Ao final, defendeu o programa como medida essencial para atingir a estrutura financeira do crime organizado e beneficiar a sociedade brasileira.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado criticou o Presidente Lula pelo lançamento do Programa Brasil Contra o Crime Organizado após o veto parcial ao Projeto de Lei (PL) nº 5.391, de 2020, de sua autoria, que estabelece o cumprimento de pena em presídios federais, em regime disciplinar diferenciado, para assassinos de policiais. Ademais, declarou que o Governo Lula continua governando para criminosos e defendeu sua retirada do poder.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado criticou o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, por sua declaração com viés ideológico e militante incompatível com a magistratura. Ademais, destacou que a Constituição veda a atuação política de magistrados e apontou risco de parcialidade no Poder Judiciário. Por fim, defendeu a Proposta de Emenda à Constituição da imparcialidade do Poder Judiciário, de sua autoria, para exigir quarentena a ocupantes de cargos políticos antes do ingresso na magistratura.

Albuquerque (REPUBLICANOS - RR) - O Deputado parabenizou o Governador de Roraima, Soldado Sampaio, pelo seu aniversário e pelo início da gestão estadual. Destacou sua trajetória como Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa, bem como suas ações na saúde, com regularização de pagamentos médicos, cirurgias aos domingos e ampliação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Ademais, ressaltou a nomeação de mulheres para o comando da segurança pública e o uso de aeronave oficial em ações de saúde e segurança. Ao final, elogiou a assinatura da progressão funcional de 1.698 servidores e afirmou que o povo de Roraima será beneficiado pela gestão.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado destacou que a Federação PSOL REDE ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra o processo de deliberação do Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que trata da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

dosimetria da pena. Ademais, apontou ilegalidades no processo legislativo conduzido pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, incluindo alteração de conteúdo do texto aprovado pela Câmara dos Deputados e a apreciação parcial do veto total do Presidente Lula. Criticou ainda as manifestações de apoio aos envolvidos nos atos antidemocráticos e associou democracia à efetivação de políticas públicas. Ao final, apontou suspeitas envolvendo o Senador Ciro Nogueira no caso Banco Master e defendeu ética pública, justiça social e fortalecimento da democracia brasileira.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado cobrou do Governo Federal a retomada das obras da Ferrovia Oeste-Leste (FIOL), especialmente do trecho entre Caetité (BA) e o oeste da Bahia, após anos de paralisação e altos investimentos sem conclusão. Ademais, destacou a importância da ferrovia e do Porto Sul para o escoamento da produção agrícola do oeste baiano, sobretudo da soja produzida em Barreiras (BA), Luís Eduardo Magalhães (BA) e na região do Matopiba. Ressaltou ainda reunião com o Secretário Marcus Cavalcanti, da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, que indicou possível retomada das obras em julho. Ao final, solicitou agilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) na entrega de equipamentos a associações e Prefeituras.

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado criticou o Projeto de Lei nº 3.824, de 2025, que dispõe sobre a autorização para saque de valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a aquisição de arma de fogo para defesa pessoal, e dá outras providências, apresentado por um Parlamentar do PL. Afirmou que o combate ao crime organizado e à violência exigiu investimento em educação, cultura de paz e fortalecimento das forças de segurança pública, como Polícias Militares, Polícias Cíveis e Polícia Federal. Também defendeu o debate sobre a atuação das Forças Armadas na proteção das fronteiras. Informou que o armamento da população não garantiu segurança pública nem soberania nacional. Associou a proposta ao incentivo à violência e defendeu a construção de uma sociedade baseada na paz, na justiça e na proteção da vida.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado comentou a participação de quatro brasileiros em uma flotilha que partiu da Espanha em direção à Palestina. Afirmou que a ação teve caráter político em apoio ao Hamas e criticou setores da Esquerda brasileira por relativizarem atos atribuídos ao grupo. Comparou índices de homicídio do Brasil e de países do Oriente Médio, mencionou a atuação do tráfico no Complexo da Maré e questionou a mobilização de ativistas brasileiros em conflitos internacionais diante da violência no País. Também ressaltou que Israel libertou os brasileiros detidos após a ação da flotilha.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

Sérgio Turra (PP - RS) - O Deputado criticou decisões do Ministro Alexandre de Moraes e afirmou que o Congresso Nacional sofreu interferência do Judiciário após a suspensão da Lei da Dosimetria. Argumentou que a medida desrespeitou deliberações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, após a derrubada do veto presidencial à proposta. Acusou o Ministro de abuso de autoridade e questionou o apoio de setores da esquerda às decisões do Supremo Tribunal Federal. Também cobrou do Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a abertura de processo de *impeachment* contra Alexandre de Moraes, citando pedidos já protocolados e mencionando pesquisas de opinião sobre o tema. Ressaltou que a situação comprometeu a independência entre os Poderes.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado defendeu ações do Governo Federal no combate ao crime organizado e afirmou que setores da Extrema Direita demonstraram incômodo com medidas anunciadas pelo Presidente Lula. Citou o lançamento do Programa Brasil Contra o Crime Organizado, voltado à integração entre entes federados, fortalecimento da inteligência, mudanças no sistema prisional e combate ao tráfico de armas e drogas. Associou adversários políticos a relações com milicianos e afirmou que parte da política brasileira manteve vínculos com organizações criminosas. Elogiou o Ministro da Justiça e defendeu a união entre instituições e sociedade no enfrentamento ao crime organizado. Ao final, também parabenizou o Município de Estreito, no Maranhão, pelos 44 anos de emancipação.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada rebateu críticas da Oposição sobre a responsabilidade do Governo Federal pelo crime organizado e afirmou que o Programa Brasil contra o crime organizado representou um dos principais investimentos em segurança pública, com 11 bilhões de reais em parceria com os Governos Estaduais. Além disso, defendeu armas nas mãos das polícias, e não da população, bem como assinalou que o plano foi construído com Estados e áreas da segurança, sem interferência sobre Governadores. Por fim, sustentou que o combate ao financiamento das facções e a qualificação policial fortaleceriam a segurança do povo brasileiro.

Padre João (PT - MG) - O Deputado defendeu a suspensão da lei da dosimetria pelo Ministro Alexandre Moraes e assinalou que o STF impediu retrocesso diante de proposta que favoreceria envolvidos em crimes como tentativa de golpe de Estado e feminicídio. Além disso, elogiou o protagonismo do Presidente Lula na segurança pública e apontou abandono do Governo de Minas Gerais na área, ao afirmar que viaturas, armamentos, combustível e manutenção dependeram de emendas parlamentares e apoio das Prefeituras.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado registrou o retorno da Expo Guanambi com abertura em 13 de maio, e ressaltou a relevância histórica do evento para a agricultura, a pecuária, o comércio, o lazer e a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

geração de emprego e renda em Guanambi (BA) e na região. Além disso, relembrou a atuação da Cooperativa Agropecuária de Guanambi e de lideranças ligadas à exposição. Após sete anos de desativação do parque, assinalou a retomada da feira em novo espaço idealizado pelo empresário Roberto Maia, parabenizou os envolvidos e convidou autoridades da Bahia para o evento.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado rebateu declaração de Flávio Bolsonaro e afirmou que o PT havia apoiado, desde novembro do ano passado, a criação da CPI para investigar fraudes financeiras na relação entre o Banco Master e o Banco Regional de Brasília, além de citar assinaturas de diversos integrantes da bancada. Ademais, associou o caso a aliados bolsonaristas, mencionou suspeitas sobre repasses, emendas, viagens e uso de recursos públicos. Por fim, cobrou do Presidente Motta a instalação da comissão, que classificou como necessária diante de grave fraude no sistema financeiro.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado afirmou que houve informação falsa sobre o Senador Flávio Bolsonaro acerca da referência à CPMI do Banco Master, cuja abertura no Congresso Nacional seria obrigatória. Além disso, declarou que a coleta de assinaturas começou no ano passado com o Deputado Carlos Jordy e assinalou que parlamentares do PT e da Esquerda não apoiaram a iniciativa. Por fim, relacionou o caso a supostos episódios de corrupção e também à CPMI do INSS.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado defendeu a instalação de uma CPI para investigar o Banco Master e associou integrantes da Extrema Direita a decisões envolvendo a instituição financeira. Afirmou que o registro do banco ocorreu durante a gestão de Roberto Campos Neto no Banco Central e atribuiu ao atual presidente da autoridade monetária, Gabriel Galípolo, medidas de intervenção na instituição. Também citou relações entre políticos ligados ao bolsonarismo e operações do banco, mencionando viagens em aeronaves do empresário Daniel Vorcaro e financiamentos concedidos pela instituição. Rebateu acusações envolvendo familiares do Presidente Lula e afirmou que investigações apontaram irregularidades relacionadas a aliados da Oposição, incluindo o Senador Ciro Nogueira.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada destacou investimentos do Governo Federal no Estado do Rio de Janeiro e afirmou que recursos destinados por meio de emendas parlamentares atenderam áreas como saúde, educação, ciência e tecnologia. Relatou visitas a Municípios fluminenses ao lado do Deputado Lindbergh Farias para prestar contas sobre a aplicação das emendas. Criticou a atuação da bancada do Rio de Janeiro no Congresso e afirmou que faltou articulação em defesa do desenvolvimento do Estado. Também defendeu maior diálogo entre o Governo estadual, a bancada federal e os Municípios. Elogiou a gestão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

interina do Governo do Rio de Janeiro e afirmou que o Estado atravessou um processo de reorganização institucional e política.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou decisões do Supremo Tribunal Federal e afirmou que o Congresso Nacional teve sua atuação desrespeitada após a suspensão de uma lei aprovada pelo Parlamento e mantida com a derrubada de veto presidencial. Declarou que o Ministro do STF anulou, por decisão individual, medidas debatidas e aprovadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Afirmou que o Legislativo perdeu protagonismo institucional e cobrou reação das Mesas Diretoras das duas Casas. Também mencionou manifestações recentes envolvendo a condução da Câmara e disse que parte dos Parlamentares ignorou a gravidade da relação entre os Poderes diante das decisões judiciais.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado defendeu os Parlamentares eleitos com Jair Bolsonaro em 2018 e afirmou que nenhum dos nomes ligados ao antigo PSL esteve envolvido em denúncias relacionadas ao Banco Master ou ao escândalo do INSS. Criticou a atuação do Centrão e declarou que políticos envolvidos em irregularidades não pertenciam à Direita nem à Esquerda, mas a estruturas de poder consolidadas no Congresso. Também questionou a distribuição de emendas parlamentares e afirmou que votos de ocasião prevaleceram sobre votos de opinião. Criticou a influência política no STF, o modelo econômico adotado pelo Governo Federal e apontou desigualdades na representação política e econômica do País.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada afirmou que deixaria a Câmara na primeira semana de junho, após atuar como suplente do Deputado Glauber Braga, e fez um apelo para que Parlamentares direcionassem emendas ao Orçamento para políticas de prevenção à violência. Relatou reuniões com o Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre ações voltadas a áreas de alta vulnerabilidade econômica e social, com foco na redução do recrutamento de jovens pelo crime organizado. Informou que nenhum Governo Federal estruturou um plano nacional de segurança pública nem garantiu investimentos suficientes em prevenção social, valorização das polícias e reabilitação de presos. Também citou relatório técnico encaminhado à Comissão de Segurança Pública com dados sobre territórios dominados pelo narcotráfico.

Maria Rosas (REPUBLICANOS - SP) - A Deputada registrou a visita de Parlamentares do Canadá e informou que a delegação seria recebida pelo Presidente Hugo Motta. Presidente do Grupo de Amizade Brasil-Canadá. Destacou a importância das relações comerciais entre os dois países, com atuação de cerca de 400 empresas canadenses no Brasil em áreas como agronegócio, mineração e educação. Também saudou a presença do Embaixador Emmanuel e de representantes da Câmara de Comércio ligados à comitiva canadense. Deu boas-vindas aos integrantes da delegação e ressaltou o intercâmbio institucional entre os Parlamentos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

Luiz Carlos Haully (PODE - PR) - O Deputado deu boas-vindas à delegação canadense na Câmara dos Deputados e destacou a importância das relações institucionais entre Brasil e Canadá. Lembrou sua participação na fundação do FIPA, atual ParlAmericas, e citou sua atuação na presidência da entidade após a gestão da senadora Céline Hervieux-Payette. Afirmou que há admiração brasileira pelo modelo canadense de organização democrática e estabilidade institucional. Também ressaltou o intercâmbio parlamentar e a relevância da cooperação internacional entre os Parlamentos das Américas.

Jorge Araújo (PP - BA) - O Deputado criticou a gestão do Governo da Bahia, comandado pelo PT há mais de 20 anos. Relatou aumento da violência no estado, com registros de homicídios e crimes na capital, região metropolitana e interior. Também apontou problemas na saúde pública, incluindo falhas na central de regulação, fechamento de emergências e pacientes aguardando meses por vagas hospitalares. Citou ainda acidentes na BR-324, concessão da rodovia e obras de infraestrutura não concluídas, como a ponte mencionada pelo Governo estadual. Fez apelo por mudanças na condução das políticas públicas e por maior efetividade na entrega de obras e serviços à população baiana.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado criticou o plano nacional de combate ao crime organizado apresentado pelo Governo Federal, classificando a iniciativa como insuficiente. Questionou declarações do Presidente da República sobre usuários e traficantes de drogas e afirmou que o programa anunciado incluiria recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e financiamentos do BNDES aos Estados. Também criticou políticas penais e mencionou o plano “Pena Justa”, associado à gestão prisional. Citou dados de violência no Rio Grande do Norte, destacando Municípios como Mossoró e São Gonçalo do Amarante, e relatou casos de extrema violência. Ainda levantou críticas a investigações e iniciativas do Governo relacionadas a corrupção e à segurança pública.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado registrou a presença do Prefeito de Gramado (RS), Nestor Tissot, do Vice-Prefeito Luia, de Secretários Municipais e do Vereador Nery, Presidente do Legislativo local, e ressaltou a qualidade da gestão municipal. Além disso, destacou a relevância turística e econômica de Gramado (RS), Município com 40 mil habitantes que recebeu 9 milhões de turistas ao longo de 365 dias. Por fim, defendeu o Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei no 14.554, de 20 de abril de 2023, que altera as Leis nos 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 10 de junho de 2021, 11.540, de 12 de novembro de 2007, e 14.042, de 19 de agosto de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, a fim de sanar omissão legislativa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada afirmou que o Governo Federal estaria avançando em políticas públicas e que críticas da oposição refletiram insatisfação com os resultados apresentados pela gestão. Citou programas como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Pé-de-Meia e iniciativas na área da saúde como exemplos de ações em andamento. Também abordou dados sobre trabalho precário, destacando a realidade de jovens negros em atividades com baixa proteção social, além de mencionar desigualdades históricas no mercado de trabalho. Apresentou números sobre afastamentos por saúde mental relacionados à sobrecarga laboral, relacionando o tema à necessidade de melhores condições de trabalho no País.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado declarou que o Governo Federal não adota medidas efetivas para a segurança pública e que o plano apresentado nessa área não teria validade. Além disso, afirmou não ser contrário ao fim da escala 6x1, mas ressaltou que os direitos dos trabalhadores não podem ser tratados como instrumento político, pois a viabilidade das empresas é condição para a existência dos próprios empregos. Por fim, informou que coleta assinaturas para uma proposta alternativa sobre o tema e convidou Parlamentares da esquerda a aderir à iniciativa.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado criticou o lançamento de programa federal voltado ao combate à criminalidade, ao afirmar que a iniciativa ocorreu após anos sem medidas eficazes na área da segurança pública. Questionou o modelo de financiamento anunciado, ao destacar a participação limitada de recursos do Tesouro Nacional e a previsão de endividamento dos Estados. Também atribuiu ao Governo Federal responsabilidade por problemas relacionados à violência, ao endividamento da população e ao desempenho econômico do País. Além disso, apontou falhas em áreas como educação e gestão fiscal, ao mencionar déficits públicos e ausência de políticas estruturantes.

Jefferson Campos (PL - SP) - O Deputado registrou a posse do Deputado Itamar Paim como novo representante do Paraná na Câmara dos Deputados, destacando sua trajetória como pastor da Igreja Quadrangular e sua experiência na vida pública. Também deu boas-vindas a lideranças religiosas presentes na sessão, entre elas o Pastor Marcos, presidente estadual da igreja, e o Deputado Estadual Pastor Gilson, que acompanharam a cerimônia. Além disso, saudou a presença do Vereador Ismael Bastos, de Feira de Santana (BA), ressaltando sua visita ao Parlamento para conhecer de perto os trabalhos legislativos.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado manifestou insatisfação com o que classificou como comportamento irresponsável de Parlamentares bolsonaristas diante da interdição de um lote de produtos da marca Ypê, determinada pela Anvisa, pela Vigilância Sanitária de São Paulo e pela Prefeitura de Amparo (SP), em razão de contaminação bacteriológica. Assinalou que, em vez de acatar a decisão técnica, integrantes do grupo político



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

em questão teriam incentivado o uso dos produtos nas redes sociais, sob alegação de perseguição política. Também abordou denúncias da Polícia Federal contra o Senador Ciro Nogueira, a quem atribuiu o recebimento de mesada de 500 mil reais mensais por dois anos para defender interesses do Banco Master, bem como a compra de apartamento por 22 milhões de reais. Ademais, citou declarações do ex-Ministro Ricardo Salles sobre suposta venda de vaga no Senado por Eduardo Bolsonaro por 60 milhões de reais e a caracterização do PL como partido de bandido.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado questionou proposta relacionada à criação de uma estrutura nacional para a segurança pública, ao alegar que a medida ampliaria a centralização de competências pelo Governo Federal. Além disso, fez críticas à condução da política externa e à situação econômica do País, com menções ao endividamento da população e aos desafios para o crescimento econômico.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada defendeu o plano nacional de segurança pública apresentado pelo Presidente Lula, ao destacar que a proposta foi construída em diálogo com Governadores, secretários e especialistas da área. Também questionou a resistência de setores da oposição à iniciativa, especialmente diante da cobrança recorrente por ações de combate ao crime organizado. Ao final, afirmou que o debate sobre segurança pública exigia responsabilidade e compromisso com políticas coordenadas em âmbito nacional.

ORDEM DO DIA

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada discutiu o Projeto de lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a atuação do Congresso Nacional diante de decisões do Supremo Tribunal Federal e afirmou haver insatisfação popular com o desempenho do Parlamento. Também manifestou preocupação com o que classificou como interferência do Judiciário sobre o Poder Legislativo e defendeu a necessidade de reação institucional por parte do Congresso Nacional.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado manifestou apoio ao Projeto de Lei nº 488, de 2019, que trata da imposição de penas restritivas de direitos a condenados por crimes de pedofilia. Parabenizou o autor da proposta, Deputado Capitão Wagner, e o Relator, Deputado Kim Kataguiri, destacando a importância de medidas voltadas ao endurecimento das punições para esse tipo de crime.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada manifestou apoio a medidas mais rigorosas no enfrentamento da pedofilia durante discussão sobre o Projeto de Lei nº 488, de 2019, relacionado ao tema. Compartilhou experiência própria para enfatizar a profundidade do trauma provocado por abusos dessa natureza. Ao final, defendeu a adoção de punições severas para autores de crimes de pedofilia e reafirmou seu compromisso com o fortalecimento da proteção de crianças e adolescentes.

Pedro Westphalen (PP - RS) - O Deputado destacou a importância da aprovação do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que trata da securitização, e pediu apoio para que a proposta avance no Senado Federal, ao afirmar que a medida seria fundamental para o setor primário e para a economia nacional. Também informou a apresentação de projeto que institui a Política Nacional de Diagnóstico Laboratorial, com o objetivo de fortalecer e padronizar os serviços de diagnóstico no País. Ao final, registrou a presença de Vereadores do Município de Ibarama (RS), em visita à Câmara dos Deputados.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada anunciou o voto favorável do PSB ao Projeto de Lei nº 488, de 2019, relacionado ao combate à pedofilia e defendeu o fortalecimento de medidas para enfrentar esse tipo de crime.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 488, de 2019, voltado ao enfrentamento da pedofilia e destacou a importância das emendas apresentadas por seu partido, acolhidas pelo Relator da matéria. Afirmou que a proposta representou um instrumento necessário para fortalecer o combate a esse tipo de crime e ressaltou que o debate legislativo contribuiu para mobilizar a sociedade em torno da proteção de crianças e adolescentes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário ao Projeto de lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado defendeu a aprovação imediata do Projeto de lei nº 488, de 2019, que amplia medidas restritivas contra condenados por pedofilia, classificando a proposta como essencial para reforçar a proteção de crianças e adolescentes e combater a impunidade. Argumentou pela necessidade de penas mais severas para crimes sexuais contra menores, mencionando como avanço recente a aprovação da Lei da Dignidade Sexual, com aumento da punição para estupro de vulnerável. Ao final, afirmou que o endurecimento das penas é uma medida necessária para fortalecer o combate à exploração e ao abuso infantil no País.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de lei nº 488, de 2019, que trata da imposição de penas restritivas de direitos a condenados por crimes de pedofilia.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de lei nº 488, de 2019, que trata da imposição de penas restritivas de direitos a condenados por crimes de pedofilia.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado criticou a decisão de não votação de emenda ao Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

condenados por crimes de pedofilia, e reafirmou que o papel do Deputado é votar, não retirar iniciativas voltadas ao combate de crimes contra crianças.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado analisou a possível retirada de pauta do Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia; e propôs a busca de alternativas para viabilizar a discussão da matéria.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado declarou que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) não participou do acordo para suprimir a votação nominal do Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia. Além disso, defendeu a punição de menores de idade utilizados por facções criminosas, como PCC e Comando Vermelho, para atrair vítimas e praticar estupros coletivos.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia.

Paulo Pimenta (PT - RS) - O Deputado apresentou um conjunto de documentos para vincular o escândalo do "Bolsomaster" ao ex-Presidente Jair Bolsonaro e à sua família, argumentando que o esquema só foi possível pela cumplicidade do Governo Bolsonaro. Nesse contexto, reconstituiu a trajetória do Banco Master, desde a autorização de funcionamento pelo Banco Central, em 2019, sob a presidência de Roberto Campos Neto, até os sucessivos acordos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a ampliação das margens do crédito consignado. Além disso, apontou que Fabiano Zettel, cunhado de Daniel Vorcaro, realizou as duas maiores doações de campanha nas eleições de 2024, sendo R\$ 3 milhões para Bolsonaro e R\$ 2 milhões para Tarcísio, e que o fundo *Phoenix*, ligado a Vorcaro, foi beneficiado pelas privatizações da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae) e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) no Governo de São Paulo. Por fim, cobrou a abertura do sigilo bancário de Flávio Bolsonaro e a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master para apurar o que classificou como esquema criminoso com ramificações na família Bolsonaro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado rebateu acusações da oposição sobre o escândalo do Banco Master e apontou que nenhum integrante do Partido dos Trabalhadores (PT) ou do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) assinou o pedido de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Banco Master, protocolado com 281 assinaturas em fevereiro. Argumentou que, caso a CPMI fosse instalada, seria necessário explicar a consultoria do então Ministro da Justiça Lewandowski ao Banco Master, no valor de R\$ 6,5 milhões, bem como a consultoria de Guido Mantega, de R\$ 1 milhão ao mês, além de reuniões entre Vorcaro, o Presidente do Banco Central Gabriel Galípolo e o Presidente Lula. Também assinalou a ligação do advogado Daniel Monteiro, preso na Operação Compliance Zero, com o PT baiano e com o esquema do Credcesta, originado na Bahia sob as gestões de Rui Costa e Jaques Wagner. Por fim, criticou a Esquerda por obstruir a votação do Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia; e defendeu proposição de autoria do Senador Flávio Bolsonaro, a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2019, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal, a fim de reduzir a maioria penal para dezesseis anos.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado apresentou Questão de Ordem com base no art. 49 da Constituição Federal, que atribui ao Congresso Nacional a competência exclusiva de zelar pela preservação de suas atribuições legislativas frente à normatização dos demais Poderes. Relatou que cidadãos questionaram Parlamentares no aeroporto da Paraíba sobre a utilidade do Congresso diante da atuação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Por fim, cobrou providências urgentes das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado, ressaltando que este último detém, com base no art. 52 da Constituição, poderes para destituir Ministros da Suprema Corte.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu a votação nominal da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia, a fim de registrar o apoio do partido às medidas de proteção de crianças contra abuso e violência sexual. Também ressaltou que o Partido dos Trabalhadores (PT) sempre apoiou legislações voltadas à punição de exploradores e abusadores, e rebateu o que classificou como deturpação da posição do partido sobre o tema.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada argumentou que a resistência à votação nominal da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia, se devia à intenção de evitar o registro do voto na emenda do Partido Novo (NOVO), que amplia para 12 anos o período de internação de menores infratores condenados por crimes sexuais contra crianças. Por fim, citou o caso de estupro coletivo de duas crianças, de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

7 e 10 anos, e cobrou que os Parlamentares registrassem o voto para evidenciar quem, de fato, defende os vulneráveis.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia. Na oportunidade, defendeu a aprovação de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata da maioria penal.

Any Ortiz (PP - RS) - A Deputada defendeu a aprovação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia. Na oportunidade, parabenizou o Deputado Kim Kataguiri por sua relatoria.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia. Na oportunidade, anunciou o lançamento, pelo Presidente Lula, do programa "Brasil contra o Crime Organizado", com investimento de R\$ 11 bilhões destinados a combater facções criminosas, por meio do desarmamento, do bloqueio financeiro, do esclarecimento de homicídios e da transformação de 138 penitenciárias em unidades de segurança máxima.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia. Na oportunidade, criticou a direita por introduzir pautas adicionais em um debate de consenso, argumentando que tal postura visava gerar dissenso e explorar o medo da população para obter dividendos eleitorais, em detrimento da proteção efetiva das crianças.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia. Em seguida, ironizou o anúncio do plano de combate ao crime organizado pelo Governo Lula, questionando a credibilidade da iniciativa após 20 anos de Governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado criticou a atuação da Esquerda e do Governo durante a votação do Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia. Defendeu a ampliação do período de internação de menores infratores envolvidos em crimes como estupro, citando caso ocorrido em São Paulo (SP), no qual quatro adolescentes cometeram estupro coletivo contra duas crianças de 7 e 10 anos. Em seguida, afirmou que partidos de Esquerda condicionaram apoio ao projeto à retirada do destaque sobre ampliação da medida socioeducativa. Por fim, defendeu a retomada dos debates sobre a redução da maioria penal e declarou que a maioria da população apoiou a medida.

Kim Kataguiri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o presidente Lula, apontando contradições entre o discurso de combate ao crime organizado e posições anteriores, como a defesa de assaltantes e traficantes. Além disso, destacou o alto índice de votos recebidos pelo Presidente dentro dos presídios e declarações de traficantes sobre o diálogo com o PT, concluindo que tais fatos comprometem a credibilidade do discurso do Governo Federal. Em seguida, orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia. Além disso, criticou o ex-Presidente Jair Bolsonaro e aliados da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

extrema direita por ações que favoreceram o crime organizado. Também citou homenagem concedida pelo Senador Flávio Bolsonaro a integrante do crime organizado e associou a ampliação do acesso a armas e a ausência de tributação sobre *bets* ao fortalecimento da criminalidade. Por fim, acusou adversários políticos de utilizarem o tema da segurança pública para fins eleitorais.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado esclareceu ao Plenário que apresentou destaque ao Projeto de Lei nº 488, de 2019, para ampliar o prazo de internação de adolescentes infratores condenados por crimes hediondos, incluindo estupro. Criticou o PT por se opor à medida e afirmou que a retirada da proposta de pauta ocorreu para evitar derrota em votação simbólica. Por fim, declarou que a Oposição continuará articulando apoio para aprovar o destaque no Plenário.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.054, de 2019, que regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante ou em fase puerperal em concurso público para provimento de cargos e empregos públicos da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 1.054, de 2019, que regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante ou em fase puerperal em concurso público para provimento de cargos e empregos públicos da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União. Além disso, defendeu a criminalização da misoginia como medida necessária à proteção dos direitos das mulheres e criticou quem se diz defensor dessas causas sem apoiar tal medida. Por fim, elogiou o Governo Lula por iniciativas como o Bolsa Família, o Pé-de-Meia e a educação em tempo integral, e apontou contradições de adversários políticos em relação ao caso do Banco Master.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.054, de 2019, que regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante ou em fase puerperal em concurso público para provimento de cargos e empregos públicos da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União. Além disso, criticou o Supremo Tribunal Federal pela usurpação de competências do Congresso Nacional.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado destacou a importância da aprovação do Projeto de Lei nº 1.054, de 2019, que regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante ou em fase puerperal em concurso público para provimento de cargos e empregos públicos da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União. Ressaltou que a nova lei seria sancionada pelo Presidente Lula e elencou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

diversas medidas do Governo Federal em defesa da maternidade, como a ampliação da licença-maternidade, a lei de enfrentamento ao parto prematuro, o cuidado com o luto parental e a perda gestacional, além de programas como a Rede Cegonha, a Rede Amamenta e o Bolsa Família. Por fim, rebateu críticas ao Governo, afirmando que o Presidente defende a família brasileira, ao contrário de opositores que buscam beneficiar seus próprios parentes.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.054, de 2019, que regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante ou em fase puerperal em concurso público para provimento de cargos e empregos públicos da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União. Além disso, criticou o Deputado Jorge Solla por ter direcionado os créditos ao Presidente Lula, em vez de reconhecer seu trabalho como Relatora do projeto.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado contestou declarações da Deputada Julia Zanatta, afirmando que em nenhum momento contestou a autoria do Projeto de Lei nº 1.054, de 2019, tendo, ao contrário, elogiado a medida a ser sancionada. Além disso, criticou a interrupção de colegas durante o discurso e afirmou que o Governo atual retirou o País de um período de devastação, reconstruiu o Brasil e defende gestantes, mulheres, crianças e a população brasileira, diferentemente do Governo anterior.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.054, de 2019, que regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante ou em fase puerperal em concurso público para provimento de cargos e empregos públicos da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.054, de 2019, que regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante ou em fase puerperal em concurso público para provimento de cargos e empregos públicos da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.054, de 2019, que regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante ou em fase puerperal em concurso público para provimento de cargos e empregos públicos da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União. Além disso, questionou o Congresso Nacional sobre a submissão de pautas à aprovação do Supremo Tribunal Federal, afirmando que repetiria esse questionamento até que a Casa retomasse sua autonomia legislativa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada agradeceu às colegas pela aprovação consensual do Projeto de Lei nº 1.054, de 2019, que garante o acesso pleno de gestantes e puérperas a concursos públicos. Relatou ser mãe de duas crianças e ressaltou os obstáculos enfrentados por mães no mercado de trabalho e no cotidiano. Em seguida, destacou que a proposta representa um avanço na inclusão dessas mulheres. Além disso, elogiou o parecer aperfeiçoado pela Relatora e celebrou o passo dado pela Casa.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 4.295, de 2025, que insere o § 4º no art. 232 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para aumentar a pena do crime de estupro de vulnerável quando da conduta resultar lesão corporal de natureza grave.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.295, de 2025, que insere o § 4º no art. 232 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para aumentar a pena do crime de estupro de vulnerável quando da conduta resultar lesão corporal de natureza grave. Além disso, questionou a existência da Justiça Militar no Brasil e propôs a criação de varas especializadas na Justiça Federal e Estadual. Por fim, apontou o esvaziamento do Superior Tribunal Militar (STM) e do Ministério Público Militar, e manifestou insatisfação com a atuação do Supremo Tribunal Federal, alegando que o órgão interferiu em diversos poderes e instituições do País.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada proferiu parecer à emenda de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 4.295, de 2025, que insere o § 4º no art. 232 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para aumentar a pena do crime de estupro de vulnerável quando da conduta resultar lesão corporal de natureza grave.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 4.295, de 2025, que insere o § 4º no art. 232 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para aumentar a pena do crime de estupro de vulnerável quando da conduta resultar lesão corporal de natureza grave. Em seguida, alertou o povo da Paraíba sobre reportagem do programa *Fantástico* que expôs a atuação de organizações criminosas no Estado, em especial o Comando Vermelho na cidade de Cabedelo (PB). Assinalou que o Governo Estadual foi omissivo diante de críticas feitas ao longo de anos e apontou problemas como falta de efetivo policial, delegacias fechadas e presídios em condições precárias. Por fim, responsabilizou o Governador pela situação de insegurança pública que resultou em uma herança negativa para a população paraibana.

BREVES COMUNICAÇÕES



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado destacou duas medidas do Governo Federal: a edição da Medida Provisória nº 1.357, de 2026, que retira a taxa de importação sobre compras internacionais de até 50 dólares, conhecida como "taxa das blusinhas"; e um conjunto de ações contra o crime organizado, com foco no corte do financiamento das organizações criminosas, no controle de armas e na retomada da gestão dos presídios pelo poder público.

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou o Governo Federal, alertando para o risco de desabastecimento de *diesel* no País. Apontou que as medidas adotadas, como subvenções e taxação de 12% sobre exportações de petróleo, eram artificiais e eleitoreiras, sem foco no problema real, além de reduzirem os *royalties* devidos ao Rio Grande do Norte e a outros Estados produtores. Também alertou para os impactos do desabastecimento sobre o agronegócio, os caminhoneiros, a inflação e as Forças Armadas. Por fim, classificou o pacote de segurança pública anunciado pelo Governo, no valor de 11 bilhões, como promessa sem respaldo orçamentário, e criticou a Governadora do Rio Grande do Norte por anunciar obras sem recursos disponíveis.

Sargento Fatur (PL - PR) - O Deputado parabenizou policiais federais de Guairá (PR), Naviraí (MS) e Maringá (PR), bem como policiais militares da 3ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela apreensão de 5.100 kg de maconha e um fuzil em Planaltina (PR). Ao finalizar, ressaltou que a ação conjunta impediu que a droga chegasse ao País e prejudicasse crianças e adolescentes.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado prestou homenagem à equipe de assessores presentes no plenário, oriundos do Rio de Janeiro, e ressaltou que todos integram uma família unida pelo propósito comum do mandato. Além disso, criticou Parlamentares que tratam colaboradores com arrogância e distância, e alertou para a postura de políticos que se aproximam da população apenas em períodos eleitorais. Por fim, agradeceu ao presidente da sessão e exaltou o valor e o comprometimento da equipe.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado parabenizou o Presidente Lula pela assinatura da Medida Provisória nº 1.357, de 2026, que isenta a taxação de 20% sobre compras internacionais de até 50 dólares em plataformas digitais, conhecida como "taxa das blusinhas". Além disso, destacou outras iniciativas do Governo Federal, como o Imposto de Renda Zero para quem ganha até R\$ 5 mil, a valorização do salário mínimo, a redução do desemprego e a proposta de redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem corte salarial. Por fim, contrastou o atual Governo com o anterior, apontando que as medidas atuais favorecem a população de menor renda.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada classificou como eleitoreiras medidas anunciadas recentemente pelo Governo Federal. Nesse sentido, argumentou que o Presidente Lula reverteu políticas impopulares às vésperas das eleições, citando a taxação de importações. Também questionou as ações para combate ao crime organizado, apontando contradições na postura do Governo em relação ao Comando Vermelho e ao PCC. Além disso, destacou pesquisa indicando rejeição de jovens ao PT e atribuiu ao Governo os escândalos do mensalão, do petrolão, do roubo ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Banco Máster. Por fim, cobrou a instalação da CPMI do Banco Máster, acusando o PT de obstruir a investigação.

Augusto Coutinho (REPUBLICANOS - PE) - O Deputado citou a Medida Provisória nº 1.357, de 2026, que zerou a chamada "taxa das blusinhas" e defendeu tratamento tributário igualitário para produtos importados e nacionais. Além disso, afirmou que a indústria têxtil brasileira não poderia arcar com carga tributária superior à aplicada a roupas vindas do exterior. Ademais, declarou que a medida poderia prejudicar empresas nacionais e comprometer empregos no setor produtivo. Em seguida, informou que preside a Frente Parlamentar para o Desenvolvimento da Indústria Têxtil e citou proposta para criação de mecanismo de *cashback* tributário. Por fim, defendeu redução de impostos para produtos fabricados no Brasil como forma de fortalecer a indústria nacional e ampliar a arrecadação pública.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado afirmou que medidas recentes do Governo Federal reproduziram propostas apresentadas por seu mandato, citando projetos sobre aumento de penas para furto, roubo e receptação; emissão da Carteira Nacional de Habilitação sem exigência de autoescola; e revogação da chamada "taxa das blusinhas". Além disso, declarou que o Partido dos Trabalhadores teria votado contra essas iniciativas no Congresso Nacional antes de o Governo adotá-las. Também criticou a política tributária do Governo Federal e afirmou que a taxação de compras internacionais teria prejudicado consumidores de baixa renda. Em seguida, associou a mudança de posicionamento do Governo ao período eleitoral e desafiou integrantes da base governista a contestarem registros de votação sobre o tema. Por fim, defendeu redução de impostos e cortes de gastos públicos.

Beto Preto (PSD - PR) - O Deputado celebrou a assinatura do decreto que cria o curso de medicina da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), no campus de Apucarana (PR), com investimento de R\$ 78 milhões do Governo do Estado. Destacou a participação do Governador Ratinho Júnior e de gestores da universidade na viabilização do projeto, com vestibular previsto para este ano e início das aulas em fevereiro de 2027. Além disso, recordou sua atuação como Prefeito na ampliação de cursos de Engenharia e Direito no Município, ressaltando que o curso de Medicina completa a tríade de conquistas para Apucarana (PR) e para as sete universidades públicas estaduais do Paraná.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado destacou o lançamento do Programa Brasil Contra o Crime Organizado pelo Governo Federal. Declarou que o programa foi estruturado após aprovação do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, o PL Antifacção, voltado ao combate às organizações criminosas. Ademais, informou que o plano prevê investimentos de 11 bilhões de reais, com recursos para segurança pública e financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Em seguida, apontou como eixos do programa a asfixia financeira do crime organizado, implantação de padrão de segurança máxima em 138 penitenciárias, investigação de homicídios e desarmamento. Por fim, defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, a PEC da Segurança Pública; e a criação do Ministério da Segurança Pública.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado criticou o anúncio de medidas do Governo Federal para combate ao crime organizado e afirmou que a iniciativa teria caráter eleitoral. Além disso, declarou que o Partido dos Trabalhadores não teria apresentado resultados na área de segurança pública durante seus mandatos anteriores. Também citou declarações atribuídas a integrante do Primeiro Comando da Capital para questionar a relação do Governo com facções criminosas. Em seguida, comparou o tema a obras de infraestrutura no Rio Grande do Norte, como a duplicação da BR-304 e a construção do Hospital Metropolitano de Natal, afirmando que os projetos teriam sido anunciados sem conclusão efetiva. Por fim, criticou a gestão da Governadora Fátima Bezerra e mencionou os hospitais Walfredo Gurgel e Tarcísio Maia ao abordar dificuldades na saúde pública estadual.

Inácio Arruda (PCdoB - CE) - O Deputado homenageou enfermeiras e enfermeiros pelo Dia Nacional da Enfermagem, celebrado em 12 de maio, e destacou a sanção de lei voltada à memória das vítimas da COVID-19. Além disso, criticou a atuação do Governo anterior durante a pandemia e mencionou a estratégia de imunização de rebanho ao tratar das mais de 700 mil mortes registradas no País. Também ressaltou a criação da Fundação Elmo, no Estado do Ceará, iniciativa ligada ao desenvolvimento do capacete Elmo, equipamento utilizado no atendimento de pacientes com COVID-19. Em seguida, citou o apoio do grupo de comunicação O Povo e do médico Marcelo Alcântara ao projeto. Por fim, destacou o desempenho das mulheres na enfermagem e reconheceu o trabalho de profissionais da saúde nos hospitais, postos e comunidades.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado comentou a Medida Provisória nº 1.357, de 2026, que altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais, para revogar a chamada “taxa das blusinhas”, aplicada a compras internacionais de até 50 dólares em sites estrangeiros. Avaliou que a mudança beneficiou consumidores de baixa renda e da classe média, com impacto no consumo. Também defendeu atenção à indústria nacional diante da concorrência internacional e afirmou que o País precisou fortalecer empresas capazes de produzir bens com preços



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

competitivos. Declarou que acompanharia possíveis medidas compensatórias do Governo e criticou benefícios fiscais concedidos a grandes empresas sem contrapartidas para a economia e para a sociedade.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado abordou o gasto de R\$ 2,5 bilhões em viagens da Administração Federal no ano de 2025. Detalhou que R\$ 1,8 bilhão foi destinado a viagens domésticas, R\$ 249 milhões a viagens internacionais e R\$ 15,4 milhões a viagens sem destino informado. Destacou ainda o valor de R\$ 418 milhões classificados sob sigilo (equivalente a quase 17% do total), sem identificação de passageiros, propósito ou prestação de contas pública, sendo R\$ 251 milhões atribuídos à Polícia Federal, R\$ 120 milhões à Polícia Rodoviária Federal e cerca de R\$ 40 milhões ao Ministério da Justiça. Citou casos específicos considerados emblemáticos, como viagem de um almirante da Marinha a Singapura por R\$ 260 mil, deslocamentos do Presidente do Conselho da Petrobras ao Oriente Médio e agenda da diretora-executiva da COP30 em quatro continentes em 17 dias. Além disso, reconheceu a legitimidade de viagens oficiais em contextos de diplomacia, segurança e inteligência, mas questionou a proporcionalidade e a falta de transparência no volume total. Rebateu a nota oficial da Presidência da República, que afirmou seguir as regras estabelecidas, argumentando que o problema não está nas regras, mas no volume e no sigilo. Concluiu reafirmando que o dinheiro público pertence ao contribuinte e que R\$ 418 milhões sob sigilo exigem explicação detalhada perante o Congresso Nacional.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada comunicou a aprovação do Projeto de Lei nº 3.354, de 2025, de sua autoria, pelas comissões da Câmara dos Deputados, informando que a proposição segue agora para apreciação do Senado Federal. Ressaltou que o projeto define objetivos para as ações a serem desenvolvidas no Dia Nacional da Diálise, celebrado anualmente na última quinta-feira de agosto, e visa beneficiar os mais de 170 mil brasileiros que, segundo dados da Sociedade Brasileira de Nefrologia referentes a 2024, dependem de terapia renal substitutiva para sobreviver. Explicou ainda que a doença renal crônica é silenciosa e progressiva, tornando a diálise uma necessidade vital para pacientes em estágios avançados, realizada semanalmente até que um transplante renal seja possível. Destacou também que o projeto estrutura diretrizes voltadas à universalização do acesso às modalidades de terapia renal e a medicamentos, à educação permanente dos profissionais de saúde e ao incentivo ao desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias no tratamento da doença renal. Concluiu reafirmando que a universalização do acesso à saúde é uma obrigação constitucional e expressou confiança de que o Senado dará continuidade à tramitação com a urgência que o tema exige.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado destacou que, no Dia das Mães, o Brasil celebra com afeto, mas ignora os 11,3 milhões de mães solo que chefiam quase 15% dos lares brasileiros, 60% delas mulheres



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

negras, com salário médio de R\$ 2.322, quarenta por cento abaixo do rendimento de pais com cônjuge. Destacou que no Amazonas, essa realidade se agrava pelo isolamento geográfico, pela ausência de creches e pela informalidade do mercado de trabalho. Por fim, defendeu políticas públicas concretas, como creches em tempo integral, fortalecimento da cobrança de pensão alimentícia e qualificação profissional, ao assinalar que criar um filho sozinho é responsabilidade coletiva e dívida histórica do Estado.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 1.214, de 2019, que altera a Lei nº 4.119, de 1962, para fixar a jornada dos psicólogos em até trinta horas semanais, medida que considerou de valorização profissional e proteção à saúde do trabalhador. Assinalou que, após a pandemia, a saúde mental ganhou centralidade no debate público, e que esses profissionais enfrentam sobrecarga que compromete o próprio equilíbrio emocional. Por fim, saudou a aprovação da matéria pela Câmara dos Deputados e manifestou expectativa de que o Senado Federal também reconhecesse a relevância social da proposta.

Guilherme Uchoa (PSD - PE) - O Deputado homenageou o Município de Camaragibe, na Região Metropolitana do Recife (PE), pelos 44 anos de emancipação política, celebrados em 13 de maio de 2026, e ressaltou a importância histórica da cidade, marcada pela histórica Vila da Fábrica e pela força do comércio, da cultura popular e do espírito trabalhador de sua população. Além disso, saudou o prefeito Diego Cabral e o ex-vereador Mestre Kel Rocha, reafirmou o compromisso de destinar emendas ao Município e defendeu investimentos em infraestrutura, mobilidade e desenvolvimento econômico para toda a Região Metropolitana do Recife.

Rubens Otoni (PT - GO) - O Deputado, na condição de Presidente da Mobilidade Urbana da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura, a Frenlogi, defendeu a adoção de governança interfederativa como condição para a viabilidade da política de tarifa zero no transporte público coletivo, ao assinalar que a mobilidade urbana ultrapassa as divisas municipais e que sistemas planejados de forma isolada resultam em desarticulação, custos elevados e baixa integração. Além disso, apontou o Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, marco legal do transporte público coletivo urbano, como instrumento relevante por prever participação conjunta dos Entes Federados no custeio, subsídios orçamentários e novas fontes de financiamento, e concluiu defendendo legislação moderna e cooperação institucional para garantir o direito à mobilidade e o direito à cidade.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado homenageou as mães brasileiras, pelo Dia das mães, e ressaltou que, em milhares de lares, a mulher assume sozinho as responsabilidades afetivas, educacionais e financeiras da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 82.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 12/05/2026

família. Também evocou a experiência no esporte para destacar o papel das mães na formação de atletas e concluiu que valorizar as mães exige, além de homenagens, políticas públicas concretas de proteção e fortalecimento da família, pois um País que abandona as mães abandona o próprio futuro.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado defendeu a contratação emergencial de mil novos agentes da Polícia Federal (PF), autorizada por Decreto Presidencial em abril de 2026, somada aos mil ingressantes de 2025, como marco de reconstrução institucional no combate ao crime organizado transnacional. Assinalou que o novo efetivo, composto por 630 agentes, 160 escrivães, 120 delegados, 69 peritos e 21 papiloscopistas, permitirá à PF ampliar a atuação em fronteiras, portos, aeroportos e áreas periféricas, e destacou a operação "Carbono Oculto" como a maior da história da corporação, com bloqueio de bens no valor de mais de R\$ 9,5 bilhões em 2025. Por fim, reafirmou que o combate ao crime organizado exige inteligência, tecnologia e cooperação institucional, e que a meta de preenchimento total dos cargos vagos até o fim do mandato presidencial representa compromisso concreto com a segurança pública e o Estado Democrático de Direito.

ENCERRAMENTO